



## A Comunicação Organizacional e a Difusão do Desenvolvimento Endógeno na Amazônia<sup>1</sup>

Neusa Pressler<sup>2</sup>

### Resumo

Este trabalho é parte da pesquisa referente à tese de doutorado (UFPA/NAEA, 2005). Tem como objetivo propor uma reflexão sobre a teoria do desenvolvimento endógeno e da comunicação organizacional para delimitar o problema do desenvolvimento sustentável na Amazônia Legal. Esta pesquisa além de refletir sobre os conceitos das teorias do Desenvolvimento Endógeno e da comunicação organizacional, também propõe suscitar a afirmação que a Amazônia por sua diversidade e localização geográfica tem aspecto singular.

**Palavras-chave:** Comunicação; Amazônia; Desenvolvimento Endógeno

### 1. Introdução

Formação sistemática de excedente, conhecimento, inovação e difusão são condições essenciais para qualquer programa de desenvolvimento. Na contemporaneidade, tem-se utilizado as categorias da discussão de Desenvolvimento Endógeno para elaborar projetos de desenvolvimento humano e sustentável. A questão é como delimitar o problema do desenvolvimento sustentável na Amazônia com base nos conceitos de Desenvolvimento Endógeno.

Essa discussão requer em um primeiro momento, a compreensão da teoria do Desenvolvimento Endógeno, na busca pela melhor forma de planejar e implementar o desenvolvimento sustentável na Amazônia. Sustentabilidade é essa que, em linhas gerais, pressupõe iniciativas políticas e econômicas que promovam formas de agregar cada vez mais valor na região, para gerar renda crescente e internalizar o excedente gerado, de modo a integrar a população ao ambiente produtivo pela qualificação da mão-de-obra local e da formação de competência que contribuem para a produção de capital humano e social.

Esse trabalho além de refletir o conceito de Desenvolvimento Endógeno, para delimitar o problema do desenvolvimento sustentável<sup>3</sup> na Amazônia, também propõe suscitar a afirmação: a Amazônia por sua diversidade e localização geográfica tem aspecto singular.

---

<sup>1</sup> Trabalho apresentado no DT 6 - GP Comunicação, Ciência, Meio Ambiente e Sociedade, IX Encontro dos Grupos/ Núcleos de Pesquisas em Comunicação, evento componente do XXXII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação.

<sup>2</sup> Jornalista, pós-graduada em marketing pela ESPM (São Paulo), especialista em desenvolvimento de áreas Amazônicas (UFPA/FIPAM), mestre em Planejamento do Desenvolvimento (NAEA/UFPA), doutoranda em Planejamento do Desenvolvimento do Trópico Úmido (NAEA/UFPA) e professora do Departamento de Comunicação Social da Universidade da Amazônia, e-mail: neusapressler@yahoo.com.br.

<sup>3</sup> Desenvolvimento Sustentável é um termo ainda em construção e esse trabalho se apropria da conceituação de Alier (2007), Sachs (2006) e Costa (2006). Segundo esses autores: “Desenvolvimento Sustentável é um conjunto de processos e atitudes que atende às necessidades presentes sem comprometer a possibilidade de que as gerações futuras satisfaçam as suas próprias necessidades”.



Desse modo, essa pesquisa refuta a idéia de comparação com outras regiões. Como também de não discutir o que se deixou de implementar e concretizar por meio dos diversos programas de desenvolvimento social do passado. Por outro lado, não se trata de sugerir políticas públicas ou programas sociais para a região, mas de propor uma reflexão baseada nos autores do Desenvolvimento Endógeno e comunicação organizacional. Com esse objetivo, o artigo foi estruturado em quatro partes, a introdução, o Desenvolvimento Endógeno, o desenvolvimento sustentável na Amazônia, a comunicação na construção do Desenvolvimento Endógeno e sustentável e notas conclusivas.

## **2. O Desenvolvimento Endógeno e o Desenvolvimento Sustentável na Amazônia**

Atualmente o conceito de Desenvolvimento Endógeno ganhou visibilidade e, o senso comum de alguns agentes sociais vê como uma saída para alçar o desenvolvimento e o crescimento sustentável. Entretanto, esse conceito não é tão recente e nem simples como tem sido interpretado pelo senso comum. A teoria do Desenvolvimento Endógeno enfoca a questão regional e apresenta as maiores possibilidades de contribuições para a questão das assimetrias regionais e sugere o instrumental de políticas para alcançar o bem-estar coletivo de determinada região. O Desenvolvimento Endógeno originou na década de 1970, quando as propostas de desenvolvimento passaram a ter uma configuração mais horizontalizada. Desde então, esta corrente evoluiu com a colaboração de novos enfoques e vários autores têm dedicado seus estudos ao problema do crescimento. A fim de melhor compreender o significado do Desenvolvimento Endógeno, os autores e a literatura examinada a seguir apresentam o arcabouço teórico e a construção desse conceito de planejamento contemporâneo.

O principal objetivo do modelo de Desenvolvimento Endógeno foi concentrar a atenção para tentar entender porque o nível de crescimento variava entre as diversas regiões e nações, mesmo dispondo das mesmas condições na busca de fatores produtivos, mão-de-obra, tecnologia e capital financeiro. Tendo essa problemática como ponto de partida, na década de 1990, a solução foi procurar dentre estes fatores, aqueles determinados dentro da região. Nessa mesma década, as teorias sobre desenvolvimento regional sofreram grandes transformações provocadas pelo impacto da globalização e pela crise do declínio de algumas regiões tradicionalmente industriais.

Com o surgimento de novos paradigmas de industrialização e de desenvolvimento local emergem novos paradigmas no âmbito da própria teoria macroeconômica do desenvolvimento, cujo destaque corre por conta da teoria do crescimento. Por meio da ótica da teoria macroeconômica do desenvolvimento, o conceito de desenvolvimento endógeno está associado à recente ruptura experimentada pela teoria tradicional do crescimento, na qual o modelo de R. Solow é o mais representativo em decorrência do surgimento das teorias do crescimento endógeno,



cujos fundadores parecem ter sido os novos clássicos R. Lucas e P. Romer, em 1985 (AMARAL FILHO, 1996).

Depois dessa ruptura, a contribuição da teoria do Desenvolvimento Endógeno foi a de identificar os principais fatores que poderiam garantir o crescimento com desenvolvimento e gerar rendimentos crescentes como, o capital social, o capital humano, o conhecimento, a pesquisa e o desenvolvimento, a informação, a inovação e as instituições, eram determinados dentro da região e não de forma exógena, como até então era entendido e praticado. Assim sendo, concluiu-se que a região dotada destes fatores ou estrategicamente direcionada para desenvolvê-los internamente teria as melhores condições de atingir um desenvolvimento acelerado e equilibrado. Nessa direção de pensamento, o desenvolvimento regional endógeno pode ser definido como:

(...) um processo interno de ampliação contínua da capacidade de agregação de valor sobre a produção, bem como da capacidade de absorção da região, cujo desdobramento é a retenção do excedente econômico gerado na economia local e/ou a atração de excedentes provenientes de outras regiões. Este processo tem como resultado a ampliação do emprego, do produto, e da renda local ou da região, em um modelo de desenvolvimento regional definido (AMARAL FILHO, 1996, p. 37).

De acordo com essa citação, (VÁSQUES BARQUERO, 2001) diz que, o desenvolvimento econômico ocorre em consequência da utilização do potencial do excedente gerado no local e, pela eventual atração de recursos externos e incorporação de economias externas implícitas nos processos produtivos. Para isso, é preciso ativar os fatores determinantes dos processos de acumulação de capital, ou seja, a criação e difusão das inovações no sistema produtivo, a organização flexível da produção para a geração de economias de aglomeração e de economias de diversidade nas cidades e o fortalecimento das instituições.

Nesse processo também deve ser considerada a importância dos consumidores, no sentido de distribuir a renda entre poupança e consumo, e dos produtores, que são decisivos, porque deles decorrem os diversos usos de possibilidades dadas na economia e na sociedade. Nesse sentido:

“As decisões sobre alocação do excedente são fundamentais em relação ao desenvolvimento, porque primeiro, elas são nexos entre disposição privada e necessidades coletivas naquilo que diz respeito a mais concreta manifestação da eficiência econômica da sociedade: a formação de excedente. Segundo porque elas são a ponte entre o presente e o futuro – o quanto, o que e como se produzirá no futuro depende da forma como se aloca hoje o excedente: a poupança da coletividade” (COSTA, 2006, p. 7).

Essas decisões, citada por (COSTA, 2006, p.7) são importantes, pois são o ponto de partida da formação sistemática de excedente, para isso é necessário a interação e a cooperação entre os



agentes públicos e privados para promover o desenvolvimento da vida coletiva no local. Nessa formação sistêmica e contínua, a comunicação organizacional passa ser a ponte para alcançar a interação no intuito de promover a cooperação entre os agentes.

Isso porque a comunicação por meio da informação vai estimular a capacidade da sociedade de liderar e conduzir o seu próprio desenvolvimento regional, condicionando-o à mobilização dos fatores produtivos disponíveis em sua área e ao seu potencial endógeno, traduz a forma de desenvolvimento endógeno. Pode-se identificar duas dimensões no desenvolvimento regional endógeno. A primeira é econômica em que a sociedade empresarial local utiliza sua capacidade para organizar, da forma mais produtora possível, os fatores produtivos da região. A segunda sócio-cultural, em que os valores e as instituições locais servem de base para o desenvolvimento da região (VÁZQUEZ BARQUERO, 2001).

De acordo com (AMARAL FILHO, 1996) e ampliando a construção do conceito endógeno constata-se que surgiram várias pesquisas com esse enfoque. Para essa é importante apresentar e discutir a concepção do estudo de Antonio Vázquez Barquero. Por meio da obra, “Desenvolvimento Endógeno em Tempos de Globalização”, (BARQUERO, 2001) que apresenta o desenvolvimento econômico como um processo endógeno e evolutivo. No centro da sua discussão está o ponto de vista dirigido ao estudo dos processos que analisam e privilegiam a acumulação de capital e a dinâmica econômica. No cerne dessa discussão estão os mecanismos que beneficiam o Desenvolvimento Endógeno, as redes, a inovação, as instituições e as cidades.

Na visão do autor, o século XXI inicia-se com a intensificação da globalização da economia e da sociedade e, por conseguinte, há a expansão das relações econômicas, políticas e institucionais entre países. O resultado dessa expansão ocasionada pelo processo de globalização resulta no aumento da concorrência entre empresas e na formação de uma nova divisão internacional do trabalho. Assim, há uma nova organização do sistema de cidades e regiões e isso tem contribuído para o atual crescimento da pobreza no mundo.

O estudo de Barquero (2001) mostra em que medida foi sendo definido no cenário da globalização, como surgiram os novos espaços produtivos e porque as empresas, as organizações, as cidades e os países mais dinâmicos e inovadores souberam responder de forma eficaz aos desafios colocados pela competitividade nos mercados.

Nesse contexto de transformações econômicas, organizacionais, tecnológicas, políticas e institucionais emerge a teoria do Desenvolvimento Endógeno. Sua obra passa ser referência para se fazer uma interpretação crítica para a análise do desenvolvimento regional nessa fase de globalização. O aspecto que aqui deve ser evidenciado é como nesse novo cenário globalizado está ocorrendo à interação entre processos e como está sendo configurado o desenvolvimento urbano, a

dinâmica institucional, a formação de redes no sistema produtivo e a difusão da inovação e do conhecimento em nível regional. Para assim compreender a concepção do desenvolvimento local segundo o autor citado:

O desenvolvimento econômico local pode ser definido como um processo de crescimento e mudança estrutural que ocorre em razão da transferência de recursos das atividades tradicionais para as modernas bem como pelo aproveitamento das economias externas e pela introdução de inovação, determinando a elevação do bem-estar da população de uma cidade ou região (BARQUERO, 2001, p. 57).

Essa conceituação tem como premissa: as localidades e territórios dispõem de recursos humanos, culturais, e econômicos. Desse modo, há um sistema produtivo competente para gerar rendimentos crescentes com a utilização dos recursos disponíveis e com a inovação, garantindo assim, a geração de riquezas e a melhoria do bem-estar do local. Está é a evolução dos rendimentos crescentes e decrescentes. A abordagem do Desenvolvimento Endógeno é centrada na teoria evolutiva do desenvolvimento econômico. Nesse sentido, o crescimento é o resultado do salto qualitativo por meio do Desenvolvimento Endógeno. Cabe destacar que esse crescimento é com inovação e, isso se dá no espaço das cidades, por meio de rede como resultado da interação e cooperação.

Espaço e rede são categorias importantes nesse processo de interação e cooperação para o bem-estar coletivo com vista a sistematizar o ajuste produtivo por meio de iniciativas locais. As cidades representam o espaço e o suporte das redes. As redes podem ser constituídas vertical ou horizontalmente, porém, o que está sendo valorizado é a interação e a cooperação dos agentes na rede. As verticais são mais tensas, mas as assimetrias são corrigidas e ajustadas. É na rede que cada agente produz excedente e rendimento crescente. Nesse contexto:

A cidade é um território formado por um espaço construído e por um conjunto de atores que tomam as decisões de investimentos e de localização das atividades produtivas. Indo além da idéia defendida pelo pensamento neoclássico e pela geografia econômica. Pode-se dizer que a cidade é mais que um mero espaço, já que forma uma organização na qual os atores interagem e trocam bens, serviços e conhecimentos (VASQUEZ, BERQUERO, 2001, p. 23).

Nesse conceito abrangente, a cidade é o espaço onde há a convergência entre o desenvolvimento produtivo e o urbano, e está em constante mudança devido as decisões dos atores sociais e econômicos, quando esses interagem e criam novos espaços para os relacionamentos de produção de bens e serviços. A variável é o espaço, é por excelência um espaço para a difusão do conhecimento e da inovação. O ponto interessante nessa convergência está no fato do conhecimento promover a criatividade e, é no processo de criação que emerge a inovação coletiva que é transformada em patrimônio empresarial. Nesse ponto de vista, o aglomerado voltado para a



produção define o espaço como extensão. Esse é o movimento da endogeneação. A comunicação vai fazer a interação desse movimento promovendo o conhecimento e a inovação por meio da difusão da informação.

Nesse movimento o papel do Estado é produzir conhecimento para promover a cooperação por meio de uma comunicação para todos os agentes econômicos e sociais. Aqui está um problema relevante que limita o Desenvolvimento Endógeno na Amazônia, o acesso desigual à informação e à educação.

De acordo com o relatório do Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef) - Aprender na Amazônia (2009), “os estados da Amazônia Legal têm mais de 90 mil adolescentes analfabetos e cerca de 160 mil meninos e meninas entre 7 e 14 anos fora da escola”. Ainda, segundo esse documento do UNICEF, a Amazônia Legal com mais de 5 milhões de quilômetros quadrados possui uma população heterogênea, com comunidades centenárias de indígenas, de quilombolas, de ribeirinhos, entre outros, que diariamente convivem com dificuldades de trânsito e acesso por causa da baixa cobertura de transportes coletivos e da necessidade de utilização de transporte fluvial. Isso contribui para a baixa frequência e a permanência de muitas crianças e adolescentes nas escolas dos 750 municípios da região. Essa realidade faz com que muitos estudantes das comunidades amazônicas precisem percorrer grandes distâncias a pé, de barco, em pequenas canoas ou de bicicleta para chegar à escola. De fato, a questão da educação é um dos desafios na Amazônia.

Corroborando com os dados do relatório da UNICEF, o governo criou o Índice de Desenvolvimento Familiar (IDF). O IDF juntou seis itens, vulnerabilidade familiar, escolaridade, acesso ao trabalho, renda, desenvolvimento infantil e condições de habitação e elaborou um mapa<sup>4</sup> que aponta onde vivem os mais pobres do Brasil. A falta de acesso ao trabalho e à baixíssima escolaridade faz do Amazonas o estado com a pior situação de miséria, seguido do Pará e do Maranhão. Nove dos dez municípios com os muito pobres do Brasil são da região norte. Assim, de acordo com dados do IDF a região norte concentra a pobreza brasileira.

Para Freeman (1995), compreender a capacidade de gerar inovações tanto em instituições quanto em países depende da quantidade e qualidade de pessoal com capacidade para assimilar e compreender em profundidade os processos envolvidos no desenvolvimento de novas tecnologias. Isto será resultado da existência de sistemas eficazes de monitoramento de informação e de educação.

---

<sup>4</sup> O mapa sobre “como vivem e onde vivem os brasileiros mais pobres”, foi elaborado pelo Ministério do Desenvolvimento Social com a ajuda do Cadastro Único com informações sobre as famílias assistidas pelo Programa Bolsa-Família. Fonte: Ministério do Desenvolvimento Social. Ver mais detalhes: <http://www.mds.gov.br/institucional/o-ministerio> <acesso em abril 2009>



### **3. A Comunicação na Construção do Desenvolvimento Endógeno e Sustentável**

Com o fim do regime militar, a censura, a repressão e a desarticulação social cederam lugar para o surgimento de públicos que demandam por informações claras e objetivas. A redemocratização da sociedade brasileira transformou profundamente as diferentes áreas da comunicação social, entre elas, a relação com a mídia, uma vez que a sociedade volta à cena, exigindo novas estratégias de comunicação.

Diante da nova realidade, as instituições vêm-se forçadas a transformar suas visões de mundo e de gestão se quiserem continuar atuando em seus mercados, situação essa imposta pela reestruturação produtiva. Durante o regime militar as empresas não declaravam nada, ou seja, suas ações, posições e reputações não eram comentadas e discutidas. Após essa fase, a comunicação passa a ser para as organizações ferramenta estratégica de gestão, visto que se torna uma atividade ligada ao planejamento, viabilizando, nos anos 90, a implantação de programas de produtividade, de qualidade, de treinamento, de cooperação, de educação, dentre outros.

A comunicação responsabiliza-se ainda pela garantia dos valores, da identidade e da reputação das empresas frente aos seus consumidores, trabalhadores e públicos com impacto nos seus negócios. Diante dessa reestruturação produtiva e da demanda da sociedade por cidadania empresarial e institucional, a Comunicação Empresarial adquire tamanha importância que a imagem da empresa passa a depender de como é trabalhada a comunicação dentro dessa organização, passando ainda a atuar no processo de formação da opinião pública. Segundo Paulo Nassar (2003), o consentimento e o comprometimento desses públicos em relação às metas das instituições serão conseguidos por intermédio do exercício do diálogo, da Comunicação embasada em valores e confiança assentadas na ética e na legitimidade social.

Sob esse modo de sistematizar a comunicação organizacional é preciso considerar vários fatores, em especial, no que se refere à difusão do conhecimento e da inovação por meio da informação para promover a cooperação de diferentes agentes na busca de bem-estar social (Bueno, 2003). Com esse enfoque, as mudanças ocorridas em todos os setores da sociedade a partir dessa citação de Nassar (2003), outras mudanças como a concentração do poder econômico, a produção em massa e a urbanização e, a padronização do consumo devem-se ao fato de que o desenvolvimento tecnológico e a inovação possibilitam a expansão das empresas bem como as mudanças político-sociais.

Porém, além da multiplicação das técnicas e das especializações, a comunicação foi o fator determinante para o desenvolvimento das empresas, uma vez que possibilitou a organização da



classe trabalhadora juntamente com seus superiores, sendo responsável ainda pela manutenção da confiança na integridade da empresa e pelo bom senso da política de atuação. Entretanto, é preciso ressaltar que o conhecimento do ambiente no qual atua seja fundamental para que a organização empresarial crie mecanismos de comunicação, de forma a obter as informações necessárias - como mercado competitivo e estrutura organizacional - para sua manutenção no mercado empresarial.

É a partir desse momento que emerge a comunicação organizacional, que tem como objetivo padronizar comportamentos – normas, regulamentos, avisos – além de constituir uma atividade reguladora, compreendendo tudo aquilo que a organização pública ou privada recebe ou emite. Esse tipo de comunicação permite que as organizações produzam comportamentos voluntários nas pessoas, sejam eles funcionários, clientes ou fornecedores, que ajam de acordo com interesse da instituição. Em muitas situações a comunicação age como um mecanismo de cooperação e persuasão. Cabe à comunicação, segundo (TORQUATO, 2002) reunir as diversas partes que integram uma organização.

Dentre os diversos meios para se atingir esse fim, encontra-se a comunicação instrumental, ao qual a comunicação é utilizada como instrumento para a produção de outro comportamento, ou seja, a informação não produz um efeito imediato, ela vai servir como embasamento em outras ocasiões. Como em uma organização empresarial os objetivos são os de modificar e adequar comportamentos de acordo com normas traçadas e influenciar nas atitudes, a comunicação dentro da instituição deve ter como efeito, entre outros, maior prazer e satisfação no trabalho, atitudes mais desejáveis e racionais, consciência da responsabilidade e do dever.

Sendo assim, conclui-se que a comunicação empresarial age como um instrumento de persuasão. Aqui há certa convergência com as premissas da Nova Escola Institucional, quando pressupõe que os indivíduos moldam as instituições e essa limita indivíduos. Tomando por base os conceitos de teóricos da comunicação como (TORQUATO, 2002) a descrição a seguir resume as diferentes práticas de comunicação das organizações contemporâneas.

Analisando a explicação de Nassar (2003), deixando de lado o modelo unilateral, em que a comunicação ocorre em um sentido único, ou seja, do superior ao subordinado, nota-se mudanças estruturais no modo de desenvolver a comunicação em uma organização pública ou privada. Atualmente, dentro de uma organização há a predominância de uma comunicação bilateral, em que as mensagens passam em ambos os sentidos, permitindo assim, um consenso dos pontos de vista e uma maior organização estrutural além de estreitar relações humanas e promover o conhecimento e à educação.



Esse tipo de comunicação permite ainda que não haja falhas no processo comunicacional, uma vez que atualmente a classe trabalhadora tem o direito de rever, reivindicar e discutir as informações recebidas. Desse modo, os fluxos de informações dentro de uma organização utilizam-se de dois canais de informações: os canais formais e os canais informais. Os formais são os meios oficiais pelos quais passam tanto às informações ascendentes como às informações descendentes, visando assegurar a ordem e o funcionamento da organização<sup>5</sup>. Os canais informais caracterizam-se pela livre expressão dos trabalhadores, não controladas pela administração, como boatos e manifestações.

Três fluxos de informações sustentam o sistema de comunicação organizacional, os quais se movem em duas direções, de cima para baixo, de baixo para cima e lateralmente. São eles: comunicação descendente centrífuga, comunicação ascendente centrípeta e comunicação lateral. A primeira refere-se às informações transmitidas da administração para os funcionários e traduzem, essencialmente, as políticas, diretrizes, orientações e normas.

A comunicação ascendente centrípeta faz menção às informações repassadas dos trabalhadores para a cúpula, manifestando suas opiniões, revoltas, atitudes e idéias para o melhor funcionamento da empresa. Esse tipo de comunicação permite à direção um melhor controle de seus atos, uma vez que é de conhecimento da organização verificar se as suas atitudes estão sendo bem aceitas ou não. Enquanto que a comunicação lateral relaciona-se com a comunicação entre as coordenações situadas no mesmo nível da empresa, como escritórios, departamentos e seções. Esse tipo de comunicação responsabiliza-se pela coordenação e combinação das diversas posições e unidades, objetivando um trabalho em conjunto.

Diante disso, a comunicação organizacional tem como função garantir e manter a organização da empresa, estabelecendo relações entre a instituição e os sistemas políticos- sociais, econômicos-industriais e normativos-internos. Garantindo ainda, a preservação da imagem diante do público, funcionários e fornecedores. Por meio da comunicação busca-se a preservação da confiança por meio da ética empresarial, uma vez que a mesma serve de aparato para a manutenção da empresa no mercado e sua interação com demais instituições no espaço público das trocas simbólicas. .

Essa descrição da comunicação organizacional parece óbvia e simples, entretanto, na região Amazônica ainda é um desafio. Isso porque a maioria das instituições públicas e privadas ainda não valorizam esse tipo de estratégia e praticam a comunicação sem direcionamento e transparência.

---

<sup>5</sup> Governos e sindicatos passaram a utilizar essas estratégias de comunicação, em especial na fase de redemocratização do país.



Assim, esse padrão é somente praticado e válido em grandes organizações empresariais e, a isso se soma a falta de acesso à informação por parte das populações tradicionais.

A comunicação do governo não está aparelhada para informar e promover a interação em todos os segmentos dos agentes econômicos e sociais. Não basta o governo e sindicatos distribuir boletins, folhetos e cartilhas em sentido único e vertical. Somando-se a isso há vários fatores agravantes como o desperdício da verba pública utilizada em propaganda e informações que não estão direcionados às comunidades alvo. Entretanto, pelo escopo teórico desse artigo descreve-se a seguir alguns aspectos importantes do Projeto Amazônia Sustentável que comprovam essa afirmação.

Nos últimos anos, a Amazônia Legal aumentou de forma significativa a capacidade instalada de telecomunicações. Entretanto, manteve uma alta inacessibilidade aos serviços, para as comunidades rurais. A região tem mais de 1,7 milhões de linhas telefônicas instaladas, com uma teledensidade que supera 16% em Rondônia e Roraima e 10% nos demais estados, com exceção do Maranhão, onde fica nos 6,4%. Contudo, a ociosidade dos sistemas instalados é alta, entre 15 e 49% do potencial instalado, o que aponta para a dificuldade da população urbana em pagar pelos serviços disponíveis. Isso ocasiona à necessidade de avaliar a disponibilidade de outras formas de comunicação, como rádios comunitárias e comunicação popular baseadas nos princípios da comunicação comunitária. Esse tipo de comunicação tem um custo menor, por conseguinte mais sustentável para as comunidades rurais (PAS, 2005, p. 50).

A natureza contestada e conflituosa das relações entre grupos sociais na maior parte da Amazônia, herança do planejamento anterior, é talvez o maior obstáculo à instituição de uma alternativa de desenvolvimento sustentável e integrado da região. Por um lado, a insegurança em relação à integridade de territórios, direitos de exploração, ou mesmo em relação à propriedade da terra, induz a comportamento predatório no uso de recursos naturais e leva ao abandono de projetos alternativos de existência de populações tradicionais e agricultores familiares. Essa, sem dúvida, é o maior entrave para a implementação do desenvolvimento endógeno para delimitar desenvolvimento sustentável na Amazônia.

A luta pela terra entre grandes proprietários e agricultores familiares sem-terra tem mais visibilidade por meio da divulgação das mídias nacionais. Há também grandes choques pela disputa de jazidas e no acesso a recursos pesqueiros, na destinação de recursos hídricos, na extração de madeira etc. Grandes proprietários, grileiros, migrantes sem-terra, especuladores, garimpeiros, empresas de mineração, populações tradicionais (seringueiros, pescadores, ribeirinhos, quilombolas), estão envolvidos em um espaço de conflitos e sem a formação de consensos.



Com essa descrição pode-se pressupor que é difícil conseguir os níveis de cooperação e de convergência de ações entre agentes econômicos e sociais, que caracterizam as regiões economicamente dinâmicas e competitivas. A geração de inovações é contínua, mas, depende de relações de cooperação ao longo das cadeias produtivas e na relação entre empresários, trabalhadores e governos, o que tende a não ocorrer em ambientes conflituosos, em que os custos de transação são extremamente elevados. Por outro lado, a promoção de arranjos produtivos locais com base em vantagens comparativas associadas à diversidade, não se coaduna pela falta de persistência e confiança dos agentes que não confiam nas instituições (PAS, 2005, p. 50).

Corroborando com essa descrição, as noções de Desenvolvimento Endógeno apresentados, dizem que o sucesso de APLs (Arranjo Produtivo Local) está fortemente condicionado pela harmonia entre agentes econômicos e sociais, na medida em que requer a sinergia de ações no processo produtivo. As premissas do Desenvolvimento Endógeno pressupõem na noção desenvolvimento, a formação de consensos entre grupos sociais quanto com a sinergia entre Estado e sociedade na construção de políticas públicas. Esse objetivo se faz necessário em qualquer plano de Desenvolvimento Endógeno.

Entretanto, aqui está o cerne da delimitação de um problema relevante para o desenvolvimento sustentável na Amazônia, a falta de comunicação bilateral que é a base para tal desenvolvimento. Desse modo, é necessário estruturar uma “outra” comunicação social com igualdade de acesso a todos os segmentos da sociedade. É relevante a esta proposta a existência dessa comunicação bilateral em que as mensagens passem em ambos os sentidos facilitando a difusão da informação com acesso igualitário para todos na implementação e na disseminação do desenvolvimento sustentável na Amazônia.

#### **4. Notas Conclusivas**

Partiu-se do pressuposto de que formação sistemática de excedente, conhecimento, inovação e difusão são condições essenciais para qualquer programa de desenvolvimento. Observou-se que as categorias acionadas na discussão de Desenvolvimento Endógeno podem delimitar um problema relevante do desenvolvimento sustentável na Amazônia. O trabalho teve como ponto de partida a linha de pensamento Desenvolvimento Endógeno, cujo referencial teórico foi possível compreender a evolução dessa teoria econômica na sociedade moderna.

Essa revisão teórica permitiu uma imersão na teoria do Desenvolvimento Endógeno e da comunicação organizacional, com isso foi possível identificar que há convergências nas categorias



dessas linhas de pensamentos. Desse modo, as categorias: agentes sociais e econômicos, conhecimento, confiança, interação, cooperação são fatores importantes para essas duas linhas de pensamento. Com essa premissa foi possível acionar as categorias do desenvolvimento endógeno e constatar alguns aspectos importantes que permitem evidenciar sua matriz teórica. E com isso compreender o crescimento econômico com desenvolvimento e caracterizar a importância do excedente para desenvolver e ampliar o investimento na produtividade.

Nessa construção teórica, observou-se que a capacidade de uma sociedade ao conduzir o seu próprio desenvolvimento regional, condicionando-o aos fatores produtivos disponíveis em seu território e ao seu potencial endógeno traduz o conceito de Desenvolvimento Endógeno. Assim, há a ampliação contínua da capacidade de agregação de valor sobre a produção, bem como da capacidade de absorção da região, cujo desdobramento é a retenção do excedente econômico gerado na economia local ou pela atração de excedentes provenientes de outras regiões. A entrada de outras regiões ocorre pela inovação e pelo transbordamento do conhecimento. Então a comunicação é um fator importante na promoção e difusão da inovação e do conhecimento.

Desse modo, algumas características comuns foram observadas: a comunicação organizacional que implica em uma manifestação de ação e relação social no que diz respeito aos temas de caráter público, sugere a existência de opiniões diferentes e de posições contrárias ou em confronto sobre o mesmo tema, como é o caso do Desenvolvimento Sustentável, que ainda não há um consenso.

A comunicação é considerada o elemento essencial no desenvolvimento da sociedade, a qual deixa de ser fragmentada, assumindo assim importância estratégica dentro das organizações, buscando constituir-se em um processo integrado que orienta o relacionamento das organizações empresariais ou entidades com todos os seus públicos de interesse. Ainda que essa integração não tenha alcançado seu nível máximo, fundamentalmente, a comunicação tem sido percebida como de vital importância para o processo de tomada de decisões, de modo a ocupar gradativamente posição destacada no organograma das organizações.

Ao descrever a trajetória histórica da comunicação organizacional, no Brasil, observou-se que esse segmento da comunicação se valeu de metodologias científicas, desenvolvimentos de pesquisas, conceitos e, acima de tudo, da busca incessante pela satisfação dos diferentes públicos, transformando-se no caminho estratégico para a construção da imagem e da identidade corporativa. Atualmente observa-se que a comunicação organizacional, moldada por pressões externas, modifica a vida de seus diferentes agentes econômicos e sociais, inclusive as comunidades com as quais se relaciona.



Dessa maneira, constatou-se que na Amazônia essa estratégia comunicacional ainda não é totalmente praticada. É predominante uma comunicação verticalizada e em sentido único, ainda nos moldes do emissor e receptor. O Governo tem a comunicação dirigida ao cidadão, entretanto os dados comprovaram que as comunidades não têm acesso a essa forma de informações, pois algumas comunidades sequer têm energia elétrica e *internet*. Esse pode ser um dos entraves para a difusão do transbordamento do conhecimento proposta pelo Desenvolvimento Endógeno. Isso porque a estrutura social e comunicacional da Amazônia é ainda permeada de contradições.

Sendo assim, é preciso utilizar outros canais para a distribuição das mensagens. Nessa direção se faz necessário estruturar a comunicação com as especificidades da região para ser abrangente e atingir todos os agentes sociais e econômicos, sejam empreendedores ribeirinhos, indígenas sejam empresários urbanos. Portanto, é preciso inovar para construir uma comunicação específica e eficaz que dê conta de promover conhecimento, inovação, interação e cooperação de forma sustentável para essa Amazônia singular.

## 5. Referências Bibliográficas

ALIER, Joan Martínez, **O ecologismo dos pobres**. S. Paulo: Contexto, 2007

AMARAL FILHO, Jair. **Desenvolvimento regional endógeno em um ambiente federalista**. In: Planejamento e políticas públicas. Brasília, IPEA, n. 14. dez: 1996

BUENO, Wilson da Costa. **Comunicação empresarial: teoria e pesquisa**. Barueri/ SP: Manole, 2003.

BARQUERO, A. V. **Desenvolvimento Endógeno em Tempos de Globalização**

COSTA, Francisco de A. (original), **Teorias de desenvolvimento e estratégias do desenvolvimento sustentável** (texto didático), (mimeo), 2006.

FREEMAN, C. (1995) **The "National System of Innovation" in historical perspective**. Cambridge Journal of Economics, v. 19, n. 1.

NASSAR, Paulo. **Tudo é Comunicação**. São Paulo: Lazuli, 2003.

PAS- **Plano Amazônia sustentável**. Ministério da Integração Nacional e Ministério do Meio Ambiente, Volume I. Brasília: abril, 2005.

SACHS, Ignacy **Caminhos para o desenvolvimento sustentável**. Coleção Idéias Sustentáveis. Rio de Janeiro, Garamond, 2006.

TORQUATO, Gaudêncio. **Tratado de comunicação organizacional e política**. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2002.



\_\_\_\_\_. **Cultura, poder, comunicação e imagem: fundamentos da nova empresa.** São Paulo: Pioneira, 1991.

UNICEF. **Situação da Infância e da Adolescência Brasileira 2009 - O Direito de Aprender: Potencializar Avanços e Reduzir Desigualdades** (Documento). Brasília. 2009.